

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIMENTO DE Nº , DE 2007 (do Deputado Paulo Henrique Lustosa e da Deputada Solange Almeida)**

Solicitam sejam convidados o Ministro de Estado da Justiça Dr. Tarso Genro, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Corrêa, o Secretário de Estado de Segurança do Estado do Rio de Janeiro Dr. José Mariano Beltrame, O Coordenador de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Dr. Leonardo de Souza Chaves e a Representante do Grupo Mães do Rio Euristéia Azevedo e os jornalistas Carla Rocha, Dimmy Amora, Fábio Vasconcelos e Sérgio Ramalho, do Jornal O Globo, para debatermos com os membros desta Comissão a violação dos direitos fundamentais dos moradores de favelas do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a V. Ex<sup>a</sup>, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidadas a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública à realizar-se em data a ser agendada, o Ministro de Estado da Justiça, Dr. Tarso Genro; o Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Corrêa; o Secretário de Estado de Segurança do Estado do Rio de Janeiro Dr. José Mariano Beltrame; O Coordenador de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Leonardo de Souza Chaves; a Representante do Grupo “Mães do Rio”, Euristéia Azevedo, e os jornalistas Carla Ramalho, Dimmy Amora, Fábio Vasconcelos e Sérgio Ramalho, do Jornal O Globo, a fim de juntamente com os membros desta Comissão, debatermos a questão da violência contra os moradores de Comunidades do Rio de Janeiro, promovida por traficantes, milicianos armados e



F78D8AEB25

mesmo maus policiais e sua impunidade.

Através de uma série de reportagens denominada “Os Brasileiros que ainda vivem na Ditadura”, o jornal “O Globo” descreveu as mais absurdas situações de violência pelas quais passam os moradores de Comunidades do Rio de Janeiro em razão da perda, pelo poder público, do controle de áreas nas quais atuam milicianos e traficantes. Nessas Comunidades são impostas regras próprias de um regime de exceção aos seus moradores, que vêm diariamente seus filhos serem assassinados, arrastados pelo tráfico ou por maus policiais, sem que nada seja feito pelo poder público para esclarecer esses crimes e por outro lado são obrigados a comprar sua “segurança”, pagando mensalidades a milicianos e tendo que adquirir somente deles, produtos como gás de cozinha, TV a cabo e outros serviços por eles controlados.

A ausência do Estado Brasileiro, aliado as péssimas condições de vida desses moradores, propiciam a atuação do poder paralelo e a quase total impunidade desses facínoras.

Diante do exposto faz-se necessária uma ampla discussão que abranja as mais diversas camadas da nossa sociedade, em especial membros dos poderes públicos constituídos, para que comecemos a buscar formas de resgatar a cidadania dessas pessoas e devolver ao Estado o controle de nossas Comunidades.

Sala das Comissões, em        de agosto de 2007

**PAULO HENRIQUE LUSTOSA**  
Deputado Federal - PMDB/CE

**SOLANGE ALMEIDA**  
Deputada Federal - PMDB/RJ



F78D8AEB25